

A CRISE DE 2008 E AS ESTRATÉGIAS DO GOVERNO BRASILEIRO PARA AMENIZAR SEUS EFEITOS NA ECONOMIA NACIONAL

Márcia Aparecida Novais¹

Leonardo Henrique de Almeida e Silva²

RESUMO

A crise sistêmica que eclodiu nos Estados Unidos em 2008, fruto do liberalismo financeiro, repercutiu em diversos países e trouxe lições importantes para o mercado, especialmente no que tange às práticas liberais. No caso específico do Brasil, que teve a agricultura, a construção civil, o ramo de automóveis, móveis e eletrodomésticos mais impactados, buscou-se amenizar os efeitos prejudiciais através de uma intervenção do governo na economia, com medidas que visavam retomar o crédito, os investimentos e o consumo. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar os efeitos da crise de 2008 na economia brasileira e as iniciativas tomadas pelo governo brasileiro para minimizar as suas consequências no mercado nacional. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica com uso da metodologia descritiva. Após a exposição das ideias dos autores selecionados, observou-se que a intervenção estatal na economia brasileira, nas áreas fiscal, monetária, creditícia e cambial, foi fundamental para a rápida recuperação dos mercados e a liquidez, resgatando, assim, a confiança dos investidores, empresários e consumidores.

Palavras-chave: crise 2008; crise sistêmica; Brasil; gestão de crise.

ABSTRACT

The systemic crisis that broke out in the United States in 2008, a result of financial liberalism, had repercussions in several countries and brought important lessons for the market, especially about liberal practices. In the specific case of Brazil, which had the most impacted in agriculture, civil construction, automobiles, furniture and household appliances, it pursued to alleviate the harmful effects through government intervention in the economy, with measures to resume the credit, investment and consumption. In this sense, the present study aims to analyze the effects of the 2008 crisis on the Brazilian economy and the initiatives taken by the Brazilian government to minimize its consequences in the national market. For this, a bibliographic review was done using the descriptive methodology. After exposing the ideas of the selected authors, it was observed that state intervention in the Brazilian economy, in the fiscal, monetary, credit and exchange areas, was important for the rapid recovery of markets and liquidity, rescuing investors' confidence, entrepreneurs and consumers.

Keywords: crisis 2008; systemic crisis; Brazil; crisis management.

INTRODUÇÃO

Em 2008, a economia dos Estados Unidos foi afetada por uma severa crise, resultante de empréstimos de alto risco, chamados *subprime*³, sendo agravada com

¹ Graduanda em Administração pelo Instituto Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN, marcinhasvm@hotmail.com.

² Mestre em Economia, professor e coordenador do curso de Administração do Instituto Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN, profeleonardohenrique@gmail.com.

a falência do banco Lehman Brothers, além de quedas nas suas principais bolsas de valores. Esse cenário repercutiu negativamente no mercado financeiro mundial e as consequências foram sentidas imediatamente na economia global, provocando efeitos sistêmicos nos países que mantinham relação comercial com os EUA, entre eles, o Brasil. O país logo presenciou os reflexos da recessão americana nos setores industriais, o que fez com que o governo tomasse medidas econômicas para minimizar os impactos e, conseqüentemente, evitar o enfraquecimento da economia.

Tais mudanças refletiram no cotidiano das famílias brasileiras, sejam elas da classe A, B ou C, e também nas expectativas empresariais. Devido a esses impactos negativos, a atuação do Estado com a finalidade de reduzir ou amenizar os efeitos da crise americana na economia nacional se mostraram de grande importância, uma vez que havia um ambiente de desmotivação aos investimentos e de queda da credibilidade, situação agravada, ainda, por fatores políticos internos.

Assim sendo, o presente artigo tem o seguinte problema de pesquisa: as medidas tomadas pelo governo para reequilibrar a economia e incentivar o consumo brasileiro no período após a crise de 2008 alcançaram os efeitos desejados de retomada do crédito, dos investimentos e do consumo?

Este trabalho tem como objetivo geral analisar os efeitos da crise de 2008 na economia brasileira e as iniciativas tomadas pelo governo brasileiro para minimizar as suas consequências no mercado nacional. Além disso, tem-se como objetivos específicos: descrever as crises de grande impacto econômico; expor os fatores motivadores da crise norte-americana para melhor entendimento de sua origem; analisar seus respectivos efeitos na economia brasileira nos anos posteriores; descrever as estratégias utilizadas pelo governo federal para amenizar os efeitos da mesma no país; e verificar as consequências das medidas.

Este estudo justifica-se pela importância em discutir o quanto os agravos econômicos iniciados em um país podem trazer consequências não somente à nação em crise, como também impactar na economia de parceiras comerciais, situação decorrente da globalização.

³ De acordo com Carvalho (2008), o termo “*subprime*” identifica as pessoas que não teriam renda, ou garantias, ou história de crédito que justificassem a concessão do empréstimo. Até então, essas pessoas ficavam fora do mercado de financiamento de imóveis por não terem as garantias necessárias que dessem aos bancos a condição de assumirem o risco. Tudo mudou quando os mesmos resolveram disfarçar essas hipotecas *subprime*, usando-as em securitização.

Além disso, torna-se relevante abordar as implicações da “financeirização” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.51) e da desregulamentação desse mercado, em especial, os efeitos sobre a indústria, o emprego e o consumo. Tais consequências requerem uma postura firme do governo na busca de estabilizar a economia, com ações estratégicas que possam reduzir a desconfiança e fomentar os investimentos. Essas questões são abordadas com mais detalhamento neste estudo, destacando as medidas tomadas pelo Estado para amenizar os efeitos da crise na economia nacional.

O presente estudo constitui-se uma revisão bibliográfica, com base na metodologia descritiva, realizada através de pesquisas em bancos de dados eletrônicos, livros, artigos científicos e publicações em sites relevantes, nas áreas de Administração, Economia e Política. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), na revisão bibliográfica há uma exposição resumida das principais ideias que foram discutidas por outros autores que abordaram o problema, podendo ser tecidas críticas ou dúvidas. E, segundo Triviños (1987 *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009), a pesquisa descritiva tem como foco central descrever fatos e fenômenos de determinada realidade.

Este artigo inicia-se tratando do capitalismo e das crises sistêmicas que eclodiram ao longo do século XX. Em seguida, é abordada a crise de 2008 nos EUA, seus fatores motivadores e as consequências dela no Brasil nos anos subsequentes. Posteriormente, são discutidas as medidas tomadas pelo governo brasileiro para reduzir os impactos da crise e incentivar o consumo, de modo a reequilibrar a economia nacional.

CAPITALISMO E CRISES SISTÊMICAS

O termo crise remete a perdas e desequilíbrio. No caso de crise econômica, têm-se um período de escassez ou de mudanças bruscas que podem trazer consequências em diversos setores de uma sociedade capitalista, com diminuição da produção, da comercialização e do consumo de produtos e serviços. Dependendo do impacto de uma crise, ela pode passar de local a sistêmica, atingindo nível global, chegando a diversos países e fragilizando as suas economias.

Isso é possível devido à globalização e às fortes relações comerciais entre as nações.

De acordo com Santos (2011)⁴, “toda crise conduz um aumento de vulnerabilidade, mas nem toda a crise é necessariamente um momento de risco”. Sabe-se que a economia compõe-se de um movimento cíclico, por isso, sofre momentos de expansão e também de contração. Desse modo, um período de crise pressupõe um período de recuperação.

Apesar dessa alteração de fases prósperas e decantes pelas quais a economia de uma nação ou mesmo mundial podem passar, uma situação de crise deixa as suas sequelas. Na concepção de Lyra (2010, p. 16), uma crise pode trazer “consequências importantes para o sistema como um todo, especialmente para o mundo do trabalho”. Por esses motivos, é importante que haja o seu rápido diagnóstico e a tomada de soluções eficazes para amenizar os seus efeitos e findá-la.

O capitalismo é concebido pelos especialistas como um “sistema econômico essencialmente instável” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 52). Assim, em uma crise, a fase ascendente é substituída pela descendente, no entanto, conforme pondera Carvalho (2010), o movimento inverso – do decréscimo para o crescimento – não é tão rápido. Em outras palavras, diz-se que as crises financeiras estão associadas com um período de auge do crescimento econômico, ou seja, a depressão só acontece porque se estava vivenciando um período de ascensão.

Ao longo do século XX, o mundo assistiu a diversas crises, destacando-se, dentre elas, o “grande *crash*”⁵ da Bolsa de Valores de Nova York, nos Estados Unidos, em outubro de 1929. De acordo com Rebêlo (2010), o que se deu, na época, foi uma excessiva produção agrícola e industrial que, somada aos baixos salários, resultou em uma queda drástica no consumo, além de uma grande especulação com ações na Bolsa. Diante desse cenário, instaurou-se, na década de 1930, o período chamado de “Grande Depressão” e, conforme afirma Bresser-

⁴ SANTOS, Rosicleia. A crise econômico-financeira e a responsabilidade social. **Portal Administradores**, 2011. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/a-crise-economica-finaceira-e-a-responsabilidade-social/55231/>>. Acesso em: 8 out. 2016.

⁵ O termo “grande crash” refere-se à Crise de 1929 que eclodiu nos Estados Unidos, considerada o pior e mais longo período de recessão econômica no século XX. “Crash”, em inglês, significa “quebra”. A expressão, portanto, faz alusão à quebra da bolsa de valores de Nova York, quando milhares de acionistas perderam uma grande quantidade de dinheiro. Essa quebra agravou ainda mais a crise, causando deflação, queda nas vendas de produtos e, conseqüentemente, desemprego.

Pereira (2009), o governo norte-americano demorou quase quatro anos para intervir. Por esses motivos, essa crise foi considerada a mais longa do século XX, dada a sua tardia resolução.

Quarenta anos após, na década de 1970, houve a transição, nos Estados Unidos, dos “30 anos dourados do capitalismo” para o chamado “capitalismo financeiro”, considerado, por Bresser-Pereira (2010, p. 54), um modo de capitalismo intrinsecamente instável, visto que, neste novo modelo, não há uma regulação dos mercados financeiros. Isso aconteceu devido à nova ideia que se propagou de que os mercados são tão ou mais eficientes que o Estado e, por isso, são capazes de se autorregular. Assim, o que antes sofria total controle passou a ser mais liberal.

Na década seguinte, em 1980, as instituições financeiras americanas passaram a ter mais liberdade para escolher onde e como operar. Esse quadro de desregulamentação provocou uma intensa competição, as quais se acirraram em 1990 quando, de acordo com Carvalho (2008), o sistema financeiro americano registrou ganhos relativamente baixos por parte dos mercados tradicionais de empréstimos.

Assim, iniciou-se uma busca acirrada por novos mercados que pudessem gerar lucros, ainda que o risco fosse maior. Essa alta competitividade deu mais força às ações arriscadas do que àquelas previamente calculadas. Tudo isso - o neoliberalismo e a financeirização - foi o palco para a crise financeira que se instaurou nos Estados Unidos no século seguinte, em 2008, considerada a primeira grande crise financeira do século XXI. Suas consequências, segundo Carvalho (2010, p.1), foram sentidas não apenas no território americano como em nível global, devido aos laços da economia dos EUA com o restante do mundo.

Aspectos gerais da crise de 2008

Voltando aos anos 1980, é válido ressaltar que, nessa época, os EUA apresentavam inflação baixa pelas duras políticas monetárias, quebrando, assim, o crescimento econômico no país, o que resultou em recessões na década de 90 e fez com que o Banco Central americano e o *Federal Reserve* (FED), mantivesse taxas de juros reduzidas devido à baixa inflação, fazendo com que bancos e outras instituições financeiras competissem entre si e buscassem mercados que

prometessem índice de maior lucratividade. O modo encontrado, segundo Carvalho (2008), foi o mercado *subprime*.

A denominação “*subprime*” refere-se aos créditos oferecidos por instituições financeiras aos interessados nas operações de hipoteca de imóveis a juros altos, mais precisamente, a “pessoas com um histórico desagradável no tocante ao aspecto creditício” (REBÊLO, 2010, p. 70). Em outras palavras, esses créditos eram cedidos a pessoas que não precisavam confirmar, com documentos, a garantia de pagamento – o seu próprio imóvel era dado garantia.

Assim, conforme explica Carvalho (2008), o comprador não se tornava proprietário até que o pagamento fosse quitado. Se não ocorresse o pagamento, o banco retoma a posse do imóvel, podendo revendê-lo para recuperar seu prejuízo. E, caso chegue à inadimplência pelo cliente, o banco perde não apenas a receita dos juros do financiamento, como também as despesas da conservação do imóvel para a revenda.

Esse poderia ser um cenário favorável para um bom desempenho do mercado imobiliário e seu vertiginoso crescimento, ganhando novos clientes, como as famílias norte-americanas que estavam dispostas a aceitar o crédito farto para realizar o sonho da casa própria ou, até mesmo, especular com a possibilidade de alta nos preços.

Mas não foi exatamente o que aconteceu, pois, em 2006, segundo Carvalho (2010), com a alta dos juros, muitos mutuários ficaram inadimplentes, o que provocou falência em diversos bancos que haviam concedido os empréstimos, dando origem ao que Rebêlo (2010) chama de “bolha habitacional”. Também foi gerado um ambiente de desconfiança não apenas nos papéis semelhantes ao *subprime*, como em outros segmentos do mercado, provocando a queda de preços de títulos de diversas naturezas, situação que se agravou em 2008 e, inevitavelmente, gerou a retração de outros segmentos da economia.

Além disso, houve o que se chama de “securitização”: os bancos que concederam os créditos *subprime* utilizavam uma parte dos contratos de hipoteca como uma espécie de título financeiro, o qual era vendido para fundos de investimento, famílias abastadas, empresas com alto capital de aplicação e bancos. Contudo, ali residia um problema, conforme ressaltam Carvalho (2010) e Rebêlo (2010): os compradores desses títulos não tinham noções sobre o risco daquilo que

estavam comprando, uma vez que não tinham acesso às hipotecas.

Desse modo, o que acabou acontecendo foi um colapso dessas ações: muita procura e pouca quitação dos créditos concedidos. Isso provocou a falência em diversos bancos credores dos Estados Unidos, como o *Bear Stearns*, *Lehman Brothers*, *Merril Lynch*, *Washington Mutual*, *Morgan Stanley*, *Golden Sachs* e também a *A/S*, a maior seguradora do mundo (REBÊLO, 2010).

Contudo, os efeitos da recessão econômica dos Estados Unidos não ficaram apenas no setor imobiliário. Eles se estenderam a outras áreas, sendo registrada, segundo Carvalho (2010), retomando dados do *International Financial Statistics* (FMI), uma queda na taxa de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) do país de 2,2% (2007) para 0,8% (2008). O desemprego teve um aumento de 4,6% (2007) para 9% (março de 2009). A taxa de crescimento da produção industrial que era positiva ficou negativa e o consumo declinou drasticamente.

Tudo isso mostra um quadro de crise sistêmica, visto que houve um choque inicial e a propagação das consequências. Na concepção de Holland e Mori (2010, p. 10),

a crise de 2008 é resultado de erros de política econômica em economias tidas como praticantes de boas políticas monetárias, erros dos mercados financeiros dificilmente eficientes, erros dos agentes econômicos que viveram sobre manias de títulos lastreados em hipotecas, ou seja, títulos garantidos por dívidas, ingenuamente confiantes em técnicas e métodos econométricos afinados para medir volatilidades e exposições a riscos.

Assim, foi necessária a tomada de medidas que pudessem evitar um colapso ou um grande decréscimo. De acordo com Alberini e Boguszewski (2008), após esse agravamento, o Banco Central americano iniciou uma agressiva redução das taxas de juros e forneceu liquidez aos mercados. Possivelmente, se essas medidas não tivessem sido tomadas, em especial, a expansão fiscal, essa crise teria causado danos maiores à economia global do que a Grande Depressão.

Impactos da crise na economia brasileira

Com a globalização, definida por Carvalho (2010, p. 5) como o “novo método capitalista de conquistar mercados no mundo”, nenhum dos países que mantinha alguma relação comercial dos EUA ficou ileso com a crise que afetou o território

norte-americano. Pouco depois de ela ter eclodido no seu país de origem, seus sinais começaram a ser sentidos nas economias de outras nações, incluindo o Brasil.

De acordo com Farhi *et al.* (2009), após a falência do banco *Lehman Brothers*, a crise se tornou sistêmica, ou seja, os seus efeitos não se limitaram aos Estados Unidos, onde tudo começou. Os prejuízos econômicos se estenderam também a outros territórios.

Conforme ressaltam Paula e Filho (2011, p. 315),

o processo de globalização financeira, em que os mercados financeiros são integrados de tal forma a criar um único mercado mundial de dinheiro e crédito, diante de um quadro em que inexitem regras monetário-financeiras e cambiais estabilizantes e os instrumentos tradicionais de política macroeconômica tornam-se crescentemente insuficientes para conter os colapsos financeiros (e cambiais) em nível mundial, tem resultado em frequentes crises de demanda efetiva, determinado fundamentalmente por forças financeiras.

Com essas palavras, os autores explicam que a globalização financeira não é, necessariamente, a “salvação” para as economias. Muitas vezes, ela pode amplificar uma crise, como o que aconteceu em 2008. Para Perobelli, Vidal e Securato (2013, p.558),

com a intensificação das relações entre os países, desequilíbrios iniciados em um país são rapidamente transmitidos para a economia de outros, muitas vezes de forma intensa e imprevisível. Essa situação pode ser caracterizada como crise financeira.

Dessa maneira, o Brasil, enquanto parceiro comercial dos EUA, também foi atingido pelas consequências da crise imobiliária norte-americana. O mesmo ocorreu com os demais países da América Latina, que sofreram pressão sobre a conta de movimento de capital e sobre a conta de transação corrente (CARVALHO, 2010, p. 14).

Em outras palavras, os fluxos de comércio e serviços e as entradas e saídas financeiras e de movimentos autônomos de capital desses países acabaram sendo afetados, visto que uma das principais nações com a qual os mesmos mantinham fortes relações econômicas vivenciava uma forte crise.

Segundo Alberini e Boguszewski (2008, p. 6), o primeiro impacto na economia brasileira foi manifestado na Bolsa de Valores de São Paulo que, no segundo

semestre de 2007, chegou a ter queda de 10% em um único dia. Também houve, conforme destacam Holland e Mori (2010), um encolhimento da produção industrial, com declínio na formação bruta de capital fixo, queda no emprego (entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009 registrou-se 600 mil demissões por mês) e desvalorização do Real - desvalorização nominal de, aproximadamente, 43%, de agosto de 2008 a março de 2009.

Além disso, houve o denominado “empoçamento” de liquidez no sistema bancário brasileiro, ou seja, os bancos preferiram manter a liquidez a fazer empréstimos para novos clientes, conduta considerada arriscada em tempos de crise. Desse modo, pode-se dizer que a crise americana de 2008 atingiu a economia brasileira tanto na área do comércio exterior quanto nos fluxos financeiros.

Conforme ressalta Freitas (2009, p. 132), com o congelamento dos mercados interbancários e financeiros internacionais, associados à desvalorização do Real, “à fuga para segurança dos investidores estrangeiros e à desmontagem das operações com derivativos cambiais realizadas pelas empresas”, houve uma rápida queda das expectativas dos bancos que passaram a limitar o crédito.

Assim, assistia-se a um cenário de desconfiança e retração econômica. E diversos setores da economia brasileira foram impactados, embora a intervenção governamental tenha auxiliado a minimizar as perdas e resgatar o crescimento.

A INTERVENÇÃO ESTATAL PARA MINIMIZAR OS EFEITOS DA CRISE

Na concepção de Sarti e Hiratuka (2011), a economia do Brasil superou o período da crise financeira de 2008 de forma relativamente rápida. Para os autores, as medidas fiscais, monetárias e financeiras tomadas pelo governo obtiveram um efeito bastante positivo, o que foi crucial para a retomada do crescimento de bens de capital e o retorno da contribuição positiva do investimento para o aumento do PIB (Produto Interno Bruto).

De acordo com Bresser-Pereira (2010, p. 66-67), a lição que a crise deixou é a de que o capitalismo moderno não exige uma desregulação ou posição liberal, mas uma regulação. Segundo o especialista, após a eclosão da crise, os políticos, antes iludidos pela ideia da “natureza autorregulada dos mercados”,

perceberam seu erro e tomaram quatro decisões: primeiro, aumentar radicalmente a liquidez por meio da redução da taxa básica de juros (e todos os demais meios possíveis), já que a crise implicava um grande aperto de crédito após a perda generalizada de confiança que causou; segundo, resgatar e recapitalizar os principais bancos, por serem instituições quase públicas que não podem ir à falência; terceiro, adotar políticas fiscais expansionistas que se tornaram inevitáveis quando a taxa de juros atingiu a zona de armadilha de liquidez; e, quarto, regular novamente o sistema financeiro, tanto doméstica como internacionalmente.

Esse novo despertar foi fundamental para que o Estado intervisse de maneira mais enfática na economia e buscasse, assim, formas de minimizar os severos efeitos que a crise havia provocado. Bresser-Pereira (2010) acrescenta que, quanto mais complexa for uma economia, mais ela necessita da coordenação/regulação governamental e que as políticas econômicas precisam ser voltadas para o estímulo ao investimento e à estabilização da economia.

Medidas gerais e específicas

A crise de 2008 afetou o Brasil, segundo Holland e Mori (2010), em pelo menos duas áreas fundamentais: uma associada aos fatores econômicos globais, como as alterações nos preços internacionais de *commodities* – ressalta-se que o Brasil é um grande exportador desses bens; e outra relacionada à queda do patrimônio internacional, o que provocou a redução da demanda pelos produtos brasileiros. Isso refletiu diretamente na indústria e no emprego, com queda na formação bruta do capital fixo, estagnação da atividade industrial e alta taxa de desemprego.

Diante desse cenário, foi necessário ao Estado empregar políticas para mitigar os efeitos da crise, que poderiam se prolongar por anos subsequentes a 2008 e 2009, quando o país enfrentava as suas dificuldades. Conforme informações do Tribunal de Contas da União, as medidas tomadas pelo governo abrangeram as áreas fiscal, monetária, creditícia e cambial.

Nas três primeiras áreas, o governo adotou tanto iniciativas gerais quanto específicas aos setores mais afetados pela crise, como o de construção civil, agricultura, automóveis, móveis e eletrodomésticos (BRASIL, 2009). Na tabela a seguir, há a descrição das medidas específicas do governo em cada um desses setores:

Tabela 1 – Medidas específicas do governo para amenizar os efeitos da crise

Setor	Medidas do governo
Construção civil	Aumento de R\$ 7 mil para R\$ 25 mil no limite de empréstimo para compra de material de construção. Disponibilização, em novembro de 2008, de crédito de R\$ 2 bilhões para estimular o consumo em diversos setores, incluindo o de materiais de construção.
Agricultura	Antecipação de crédito de R\$ 5 bilhões para financiamento da safra agrícola.
Automóveis	Aumento da oferta de crédito para o setor automotivo; isenção do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) de carros de motor 1.0 e do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) nos financiamentos de motocicletas, motonetas e ciclomotores.
Móveis e eletrodomésticos	Disponibilização, em novembro de 2008, de crédito de R\$ 2 bilhões para estimular o consumo em diversos setores, incluindo o de móveis e eletrodomésticos; redução do IPI de fogões, geladeiras, lavadoras e tanques em abril de 2009.

Fonte: BRASIL (2009).

Quanto à área cambial, com o objetivo de reduzir a volatilidade do preço do dólar e amenizar os impactos sobre o câmbio, o governo desenvolveu diversas ações, tais como: leilão de dólares, redução da alíquota do IOF em operações de câmbio e em operações com o *Federal Reserve*. Essa última foi uma medida aplicada com o intuito de disponibilizar para o Brasil conta em dólares, de modo que se garantisse um nível mínimo de liquidez no mercado de câmbio (BRASIL, 2009).

Em outubro de 2008, o então presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, assinou a Medida Provisória nº 442, que possibilitava ao Banco Central a obtenção de carteiras de crédito e também socorrer outros bancos que estivessem em dificuldade. Também foi editada a Medida Provisória nº 443, que permitia ao Banco Central e Caixa Econômica Federal adquirir ações de instituições financeiras privadas sem que fossem realizadas licitações.

Com essas medidas, o governo pretendia ampliar a linha de auxílio do Banco Central ao sistema bancário brasileiro. Além disso, conforme salientam Lima e Deus (2013), o Estado tinha como foco a expansão da liquidez, através da disponibilização de recursos de empréstimos para agentes financeiros e empresas que exportavam produtos nacionais.

Outras medidas de apoio ao comércio exterior foram a utilização, pelo governo, de parte das reservas internacionais para financiar exportações (BRASIL, 2009), além da já citada criação de novas regras para facilitar as linhas de crédito.

Entre janeiro e de fevereiro de 2009, já depois de uma queda na produção industrial, houve uma redução da taxa básica de juros, de modo a estimular o crédito e o investimento de empresas e, assim, fomentar o consumo. Antes dessa medida, o Copom (Comitê de Política Monetária), em 2008, havia optado por elevar a taxa de juros Selic de 11,25% para 11,75%, seguindo uma postura distinta da que havia sido tomada na maioria dos países do mundo, acreditando não ser necessário abaixar os juros porque não havia risco de inflação (HOLLAND; MORI, 2010).

Oliveira, Oliveira e Zuan (2012, p. 9) sintetizam as principais medidas gerais tomadas pelo governo brasileiro para minimizar os efeitos da crise:

- Na esfera do Banco Central (compulsório, leilões de câmbio, etc.) = R\$ 284,15 bilhões;
- Crédito para empresas (BNDES e Banco do Brasil) = R\$ 19 bilhões;
- Medidas de isenções fiscais = R\$ 12,3 bilhões;
- Liberação de FGTS = 10 bilhões;
- Redução da taxa de juros;
- Ampliação do seguro desemprego;
- Redução do superávit primário, em 2009, de 4,3% para 3,8%;
- Injeção de dólares pelo BACEN;
- Atuação dos bancos estatais para comprar ações de bancos em crise;
- Incentivo às exportações: o BACEN disponibilizou R\$ 2,0 bilhões;
- Redução do compulsório R\$ 5,0 bilhões;
- BNDES: R\$ 10 bilhões de capital de giro para exportações pré-embarque.

Vale salientar que, neste período de ajustes na política econômica, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) estava em curso, o que permitiu ao governo aumentar o investimento público na infraestrutura e em ações sociais. Com isso, colaborou-se para a retomada da atividade econômica no país.

Para Silva (2011, p. 72), todas essas medidas tomadas pelo Estado brasileiro representam

uma clara sinalização ao mercado de que o governo estava disposto a atuar no sentido de tranquilizar as empresas e alterar as expectativas dos agentes econômicos, demonstrando que ele faria o possível para garantir crédito às companhias brasileiras.

As medidas tomadas buscaram sanar os principais problemas advindos da crise, conforme pontuam Oliveira, Oliveira e Zuan (2012). No que se refere à falta de dinheiro que estava dificultando o acesso ao crédito, o governo liberou o compulsório que estava retido pelos bancos comerciais e abriu linhas de crédito em

dólares; em seguida, adotou ações de redução de juros e isenção fiscal, como, por exemplo, a redução do IPI, de modo a incentivar os investimentos e o consumo.

Em suma, a postura assumida pelo governo brasileiro foi a de valorizar políticas voltadas para o mercado nacional. Contudo, não houve um descuido com o setor de exportações, que também recebeu amparo do Estado, com o objetivo de manter suas reservas de dólares e evitar a especulação do Real.

Resultados alcançados

O impacto da crise financeira desencadeada nos Estados Unidos foi sentido com mais força pelo Brasil entre o final do ano de 2008 e o início de 2009. Para Lacerda (2009 *apud* OLIVERA; OLIVEIRA; ZUAN, 2012, p. 15), as medidas anticíclicas tomadas pelo governo para combater a crise, como “a injeção de crédito no mercado, redução da taxa de juros e aumento dos gastos públicos”, fez com que a recuperação da economia brasileira se desse de maneira rápida e eficaz.

Os sinais da retomada econômica puderam ser sentidos a partir do segundo trimestre de 2009, quando o PIB (Produto Interno Bruto) parou de cair drasticamente, apresentando uma queda de 0,2%. (BRASIL, 2009). O que se observou foi um suporte do governo para não permitir que uma onda de pessimismo tomasse conta dos vários setores econômicos e também do mercado consumidor, efetivado através de políticas voltadas às áreas fiscal, monetária, creditícia e cambial.

Para Holland e Mori (2010, p. 26), comparada a outras economias avançadas, a economia do Brasil apresentou uma reação mais veloz, manifestada pela expansão da produção industrial, pela recomposição dos postos de trabalho que foram extintos durante o auge da crise, pelos indicadores de confiança tanto dos empresários quanto do mercado consumidor, ou mesmo pela “forte retomada de fluxos de capitais de curto prazo para mercados financeiros e de títulos públicos domésticos”.

Dentre os principais resultados conquistados após a intervenção do Estado sobre a economia para conter os efeitos da crise sistêmica, está a retomada do consumo. Segundo Silva (2011), houve um crescimento no consumo de quase 3% no segundo trimestre de 2009, comparado com o primeiro trimestre. Nos trimestres

subsequentes, a taxa de crescimento se manteve em 2,44%. Outro dado que, na visão do autor, se mostrou bastante positivo foi o retorno dos investimentos na indústria, com um aumento de 2% e de 6,5%, respectivamente, no primeiro e segundo trimestre de 2009. Ou seja, houve uma retomada da confiança na capacidade produtiva do país.

Em seu estudo, Rebêlo (2010) apresenta outros dados importantes conquistados pela economia brasileira após as medidas tomadas pelo governo: em 2009, a venda de carros no Brasil bateu recorde; a “linha branca” de eletrodomésticos também apresentou vendas elevadas em meados de 2009; os lucros dos bancos estatais no 4º trimestre de 2009 atingiram grandes amplitudes, o que auxiliou a sua sobrevivência e também a do mercado; o emprego voltou a crescer, com uma taxa baixa, mas constante (na indústria, em janeiro de 2009, cresceu 0,3%); no segundo trimestre de 2009, o PIB cresceu 1,9%, impulsionado pelo aumento do consumo e também pelo crescimento do setor de serviços, em 1,2%.

Nesse sentido, revertendo a tendência de decrescimento pela qual enfrentava no final de 2008 e início de 2009, e, ainda com uma melhoria que poderia ser considerada tímida, o Brasil começava a dar vistas de que estava em condições de reerguer a sua economia e receber novos investimentos. A tabela 2 a seguir traz em detalhes os resultados alcançados com as medidas específicas tomadas pelo governo para os setores mais afetados pela crise.

Tabela 2 – Resultados alcançados após as medidas tomadas pelo governo

Setor	Resultados pós-intervenção do Estado
Construção civil	Aumento da produção industrial de insumos da construção civil em 2009, apesar de apresentar níveis menores que no mesmo período de 2008.
Agricultura	A produção de máquinas agrícolas em 2009, que indica o nível de atividade econômica na agricultura, foi inferior à produção mensal de 2008, exceto em dezembro. A restrição ao crédito, a diminuição da procura mundial por produtos agrícolas e a conseqüente queda dos preços das <i>commodities</i> agrícolas explicam a tímida recuperação do setor.
Automóveis	Tendência de aumento das vendas de carros nacionais de janeiro a outubro de 2009; e das vendas de veículos, motos e autopeças a partir de dezembro de 2008.
Móveis e eletrodomésticos	Aumento das vendas a partir de novembro de 2008; nos três últimos meses de 2009, obtiveram-se as maiores vendas no varejo.

Fonte: Brasil (2009).

Conforme destacam Lima e Deus (2013, p. 60), no que tange às ações tomadas pelo Estado voltadas ao preço da moeda estrangeira no Brasil, as mesmas não foram tão eficazes. Isso porque “os impactos iniciais de forte depreciação do câmbio foram fortemente compensados com o movimento posterior de apreciação cambial, a partir de março de 2009”, quando o fluxo de capitais foi retomado no país.

A rápida recuperação da economia nacional caracteriza uma crise em forma de V e não em forma de U, ou seja, o decréscimo foi uma espécie de pico, não perpetuando por muito tempo e sendo logo seguido por uma fase de crescimento. Para Silva (2011), esse resultado, deve-se mais ao movimento econômico nacional do que internacional. Algo que o autor também destaca é o fato de nenhuma instituição financeira brasileira ter decretado falência nesse período, o que proporcionou uma certa estabilidade ao mercado financeiro interno, dando mais tranquilidade aos agentes econômicos. Também é considerada importante a atuação do governo no sentido de propiciar liquidez.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual organização da economia mundial, na qual as relações comerciais entre os países são intensas, revela, na prática, que um agravo econômico ocorrido em determinada nação pode se estender para outras, transformando uma crise local em sistêmica. Isso foi o que aconteceu em 2008, quando o mercado financeiro dos Estados Unidos sofreu um colapso devido às políticas liberais, repercutindo em vários países com os quais o Estado norte-americano mantinha relações, incluindo o Brasil.

Ao discutir os conceitos de crise e sua tipologia, entendendo melhor a crise de 2008 e suas implicações, e também ao analisar as medidas tomadas pelo governo brasileiro para amenizar os impactos da referida crise, foi possível constatar que o Brasil só conseguiu se recuperar rapidamente porque o Estado adotou uma política intervencionista, buscando aumentar a liquidez, reduzir os juros, praticar desonerações fiscais, investir nas áreas mais afetadas, dentre outras iniciativas.

No caso dos setores de agricultura, construção civil, automóveis, móveis e eletrodomésticos, a disponibilização de recursos para crédito e a redução do IPI (para automóveis, móveis e eletrodomésticos) foram de grande valia para a

retomada dos investimentos e do consumo, o que acabou repercutindo, posteriormente, na diminuição do desemprego. Assim, os efeitos da crise, que se mostraram mais fortes nesses ramos, foram rapidamente amenizados com o aumento da confiança dos empresários e com a elevação do poder de compra do consumidor, dado à queda dos impostos sobre os produtos e a consequente redução dos preços.

Acrescenta-se a isso a redução dos juros reais em 2009, a elevação das reservas internacionais e o crescimento do PIB brasileiro, conquistas importantes registradas após a ação intervencionista do governo. Esses e outros resultados mostraram que a economia necessita de regulação estatal para se manter equilibrada e para atrair investimentos. Além disso, a preocupação com o mercado local também é muito importante para resgatar a economia e elevar as taxas de confiança, mostrando-se uma conduta viável em tempos de crise.

Desse modo, conclui-se que o êxito alcançado pelo governo brasileiro em suas medidas iniciais para conter os impactos da crise no mercado nacional foi também importante para que os agentes investidores anulassem as suas expectativas negativas em relação ao país, o que promoveu a entrada de investimentos e capitais. Portanto, através das ações realizadas, foi possível enfrentar o período de crise com mais preparo e tranquilidade, colaborando para que o decréscimo não fosse duradouro.

REFERÊNCIAS

ALBERINI, Daniel Vinícius; BOGUSZEWSKI, Leonardo Deeke. Por dentro do *subprime*: a crise imobiliária americana e seus impactos na economia brasileira. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v.1, n.2, p.1-10, abr. 2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Ações do governo para reduzir os efeitos da crise. **Portal TCU**, 2009. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas_governo/contas_2009/Textos/Ficha%20%20-%20Analise%20da%20Crise.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crise e recuperação da confiança. **Revista de Revista de Economia Política**, São Paulo, n.29, v.1, p.133-49, jan./mar. 2009.

_____. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? **Novos Estudos**, São Paulo, n.86, p.51-75, mar. 2010.

CARVALHO, David Ferreira. A crise financeira dos EUA e suas prováveis repercussões na economia global e na América Latina: uma abordagem pós-minskiana. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 3, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: AKB, 2010.

CARVALHO, Fernando Cardim. Entendendo a recente crise financeira global. **Portal Ibase**, 2008. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/clipping/9.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

FARHI, Maryse; et al. A Crise e os desafios para a nova arquitetura financeira internacional. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 29, n.1, p. 133-149, jan./mar, 2009.

FREITAS, Maria Cristina Penido. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n.66, p.125-145, 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HOLLAND, Márcio; MORI, Rogério. Respostas à crise financeira de 2008 de uma perspectiva brasileira. **Escola de Economia de São Paulo: Textos para discussão**, São Paulo, n.249, p. 1-30, mar.2010.

LIMA, Thaís Damasceno; DEUS, Larissa Naves. A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. **Revista Cadernos de Economia, Chapecó**, v. 17, n. 32, p. 52-65, jan./jun. 2013.

LYRA, Diego Mendes. **A crise econômica e o mundo do trabalho**. 2010. 136f. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, João Pessoa, 2010.

OLIVEIRA, Wesley Lídio; OLIVEIRA, Fabrícia; ZUAN, Emerson Esteves Guzzi. Políticas econômicas: a atuação do governo contra a crise econômica brasileira de 2008. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 6, 2012. **Anais...** Joinville: APEC, 2012.

PAULA, Luiz Fernando de; FILHO, Fernando Ferrari. Tempos Keynesianos. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 315-35, abr./jun. 2011.

PEROBELI, Fernanda Finotti Cordeiro; VIDAL, Tatiana Ladeira; SECURATO, José Roberto. Avaliando o efeito contágio entre economias durante crises financeiras. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.43, n.3, p. 557-94, jul./set.2013.

REBÊLO, Felipe César José Matos. Crise financeira de 2008: a intervenção do estado no domínio econômico. **Revista SJSR**, Rio de Janeiro, v.17, n.28, p.69-79, 2010.

SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio. Desenvolvimento industrial no Brasil: oportunidades e desafios futuros. **Texto para Discussão IE/UNICAMP**, Campinas, n. 187, jan. 2011.

SILVA, João Paulo Cavalcanti. **O Brasil e a crise econômica de 2008**: a atuação do governo brasileiro e os efeitos do mercado de capitais e na percepção de risco. 2011. 130f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto COPPEAD de Administração, Rio de Janeiro, 2011.